

**ATA NÚMERO 104/XII/2ª SL**

**08.janeiro.2013 – 15h00**

Aos 08 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição do Comité Olímpico de Portugal, sobre a avaliação da participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Londres, 2012.**

**5. Proposta de programa de audições e conferências no âmbito do relatório da ciência.**

- **Apreciação**

**6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em conformidade com o artigo 184.º, n.º 5, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho, sobre a aplicação do regime de distribuição de fruta nas escolas [COM(2012)768].**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

**7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Estabelecer relações apropriadas entre a UE e a Agência Espacial Europeia [COM(2012)671].**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

**8. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Repensar a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos [COM(2012)669]**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

**9. Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 723/2009 relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) [COM(2012)682].**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**

**10. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial**

- **Apresentação da iniciativa pelo autor**

- Autor do parecer: Deputado do PS

**11. Petição n.º 209/XII/2.ª da iniciativa de Gestos Marcam a Diferença** que “pretendem que seja criado um banco alimentar escolar a nível alimentar”

- **Apreciação da nota de admissibilidade – versão final**

**12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista**, que propõe à Comissão de Educação, Ciência e Cultura que crie o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico, dedicado à dinamização de iniciativas, audições e debates, reunião de contributos científicos, provenientes do mundo da literatura e da cultura em geral, da Universidade e da esfera editorial, para dotar de instrumentos de análise a Assembleia da República, assim assegurando a prossecução do interesse nacional na política da Língua, que constitucionalmente, nos cabe defender e valorizar.

- **Análise e votação**

**13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, que requer a audição da diretora regional de Educação do Centro, Cristina Oliveira, e da demissionária diretora adjunta de Educação do Centro, Maria do Ceu Castelo-Branco, para aferir da veracidade de alegados “atropelos aos princípios da legalidade” por parte da atual diretora regional daquele organismo.

- **Análise e votação**

**14. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido GP/PSS e CDS-PP**, que requer a audição do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Dr. João Grancho, e do Senhor Secretário de Estado do Emprego, Dr. Pedro Silva Martins, no sentido de esclarecer a real situação e perspetivas futuras no que concerne aos Centros Novas Oportunidades e à Educação e Formação de Adultos.

- **Análise e votação**

**15. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista**, que requer a audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência sobre a Contratação de Professores

- **Análise e votação**

**16. Outros assuntos**

**17. Data da próxima reunião**

**Dia 9.janeiro.2013**

---

## **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou o adiamento do ponto 10 da Ordem do Dia para a próxima reunião da Comissão, o que foi aceite.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

## 2. Aprovação de atas

As atas relativas às reuniões da Comissão de 18, 19 e 21 de dezembro e à reunião da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, de 19 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

## 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente transmitiu que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Resolução 542/XII, do BE - *Adota medidas de reforço do acolhimento e acompanhamento dos alunos imigrantes*. O BE informou que pretende a discussão no Plenário.
- Projeto de Resolução 548/XII, do PCP - *Recomenda ao Governo a manutenção da carga letiva da disciplina de Educação Física no currículo do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e a valorização do desporto escolar*. O PCP informou que pretende a sua discussão no Plenário, conjuntamente com a Petição 184/XII/2.<sup>a</sup> (*Em defesa da Educação Física*).
- Projeto de Resolução 550/XII, do PCP - *Recomenda ao Governo a publicidade da listagem das necessidades manifestadas pelas escolas e o alargamento do número de vagas a concurso de professores*. O PCP comunicou que pretende a discussão no Plenário.
- Projeto de Resolução 552/XII, do BE - *Exige o respeito pelo acordo alcançado no Conselho de Fundadores da Casa da Música relativo à subvenção mínima estatal para o ano de 2013*. O BE informou que pretende que a discussão seja efetuada na Comissão, pelo que será agendada para a próxima reunião.
- Projeto de Resolução 553/XII, do PCP - *Recomenda ao Governo que garanta o financiamento capaz de permitir a concretização da programação cultural da Casa da Música*. O PCP informou que pretende a sua discussão na Comissão, pelo que será agendada para a próxima reunião da Comissão.

3.2. O Sr. Presidente referiu-se à comunicação que os subscritores da Petição n.º 184/XII (*Em defesa da Educação Física*) dirigiram à Comissão, após receção do relatório final, tendo o relator da Petição, Deputado Paulo Cavaleiro, solicitado o adiamento da análise desta matéria para a próxima reunião da Comissão.

3.3. O Sr. Presidente fez ainda referência ao orçamento atribuído à Comissão, no âmbito do Orçamento da Assembleia da República, cujo montante é de 31.383,70. Foram efetuados alguns ajustamentos em relação aos valores propostos pela Comissão, registando-se um aumento de 312€ no valor total.

3.4. Deu ainda nota da realização do colóquio Geoparques, no dia 16 de janeiro, das 09h00 às 13h00, no auditório do edifício novo. Trata-se de uma iniciativa realizada em colaboração com a UNESCO e organizada pela Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD).

Decorrerá ainda, de 14 a 18 de janeiro, no átrio de entrada do edifício novo, uma exposição temática sobre geoparques portugueses (Tejo e Arouca) e regiões candidatas (Açores e Macedo de Cavaleiros).

3.5. Relativamente à Proposta de Lei 108/XII, *Regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo*, e terminando o prazo para a recolha dos contributos naquele mesmo dia, o Sr. Presidente propôs a seguinte calendarização para apreciação na especialidade:

- Apresentação de propostas de alteração pelos GP até 15 de janeiro;
- Envio de mapa comparativo em 16 de janeiro;
- Votação, pelo Grupo de Trabalho do Desporto, em 18 de janeiro, às 09h30;
- Confirmação das votações na reunião da Comissão de 22 de janeiro.

3.6. Por último, o Sr. Presidente deu conta do pedido de audiência da Associação Nacional dos Professores Contratados, sobre o incumprimento, por parte do Governo, da Resolução n.º 35/2012, sobre o algoritmo de cálculo criado para apuramento das 600 vagas no concurso extraordinário e sobre as consequências financeiras para o Estado português resultante do incumprimento na aplicação da diretiva 1999 do Conselho-União Europeia. Foi deliberado realizar a audiência através do sistema do Deputado-piloto, numa reunião aberta a todos os Deputados, tendo sido designado o Sr. Deputado João Prata (PSD) para proceder ao seu agendamento.

#### **4. Audição do Comité Olímpico de Portugal, sobre a avaliação da participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Londres, 2012.**

Em representação do Comité Olímpico de Portugal (COP) estiveram presentes: Comandante José Vicente Moura (Presidente) e Mário Santos (Chefe de Missão).

O Sr. Presidente do COP começou por saudar os Deputados e agradecer a oportunidade de fazer um balanço da participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Fez alusão à missão do COP e ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 4 anos, referindo-se aos objetivos fixados no contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que não incluíam a quantificação de medalhas.

Relativamente à avaliação da participação de Portugal nos Jogos de Londres, destacou os seguintes aspetos:

- Portugal registou a participação de 77 atletas (0,8% do conjunto dos atletas presentes), em 13 das 28 modalidades constantes do calendário olímpico;
- A participação feminina rondou os 43%, o que corresponde a um aumento significativo em relação a anteriores provas;
- Nenhuma modalidade coletiva portuguesa se qualificou para os Jogos, pelo que se sugere um programa específico para este tipo de modalidades;
- Portugal levou a Londres apenas um campeão da Europa, sendo que a delegação de Pequim integrava 12 campeões europeus e mundiais;
- Os custos do projeto, ao longo dos 4 anos, rondaram os 10,400 milhões de euros.

Referindo-se ao papel do COP, considerou que o trabalho de acompanhamento, integração, incentivo e rigor tem sido reconhecido e aplaudido pelas federações.

O chefe da missão portuguesa nos Jogos Olímpicos de Londres e também presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, Mário Santos, salientou as crescentes dificuldades para um país como Portugal no apuramento para os Jogos Olímpicos, em virtude do sistema de qualificação, que é exigente, sendo que a competição é cada vez maior, bem como o número de países participantes.

Interviu, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rego (CDS-PP), que colocou algumas questões, nomeadamente sobre se as políticas e as diretrizes do Governo têm sido as adequadas, sobre se os resultados alcançados correspondem à expectativa criada pelo investimento, incluindo em equipamentos, e ainda sobre o financiamento concedido às diversas modalidades. Solicitou ainda sugestões em relação às políticas de apoio ao movimento olímpico e à participação olímpica.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) acentuou a necessidade de tempo e de estabilidade para a programação olímpica, entendendo que a avaliação não se deve limitar às medalhas arrecadadas. Questionou ainda o presidente do COP sobre a avaliação que faz dos últimos 5 anos e sobre o relatório encomendado pelo Governo relativo ao impacto do financiamento público dos ciclos olímpico e paralímpico. Perguntou ainda se o COP efetuou um estudo de avaliação do trabalho realizado, se está a preparar alguma proposta em relação aos próximos jogos e ainda se apresentou alguma sugestão para o Plano Nacional do Desporto.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) considerou que o êxito e o insucesso não deverão ser confundidos com o valor público que o Estado põe à disposição dos atletas. Chamou ainda a atenção para o facto de os melhores atletas portugueses não terem participado nos Jogos de Londres, o que diminuiu fortemente a capacidade de Portugal obter medalhas. Reconheceu o papel do COP, enquanto plataforma de entendimento do financiamento, e referiu-se ao percurso de sucesso da canoagem, atribuindo-o à estabilidade na governação, no acompanhamento técnico, no financiamento, nos meios e locais de treino e à estabilidade de uma empresa que confere um apoio suplementar.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) perguntou ao Presidente do COP se tem a percepção de que uma política desarticulada, em que o Estado se demite de uma presença estável e estruturante, no que se refere ao desenvolvimento desportivo, prejudica a progressão de Portugal na obtenção de resultados olímpicos. Perguntou ainda se o aumento da participação feminina resultou das cláusulas do contrato-programa e quis ainda conhecer a avaliação do COP em relação ao programa Esperanças Olímpicas.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse reconhecer os índices encorajadores da participação portuguesa, destacando a importância da estabilidade do pagamento das bolsas, bem como da existência de estruturas que permitem hoje uma elevada qualidade técnica aos seus executantes. Chamou a atenção para a necessidade de aumentar a capacidade de recrutamento de atletas, pelo que perguntou se a retração do desporto escolar não estará a diminuir a base de recrutamento de atletas para os clubes.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente do COP afirmou que, apesar de algumas dificuldades burocráticas, que foram ultrapassadas, o apoio do Governo tem sido correto. Considerou ainda que existem federações que trabalham muito bem e outras muito mal e que o Estado deve avaliar cada federação e seus desempenhos, com consequente repercussão no seu financiamento. Em relação ao estudo de impacto do financiamento público dos ciclos olímpico e paralímpico, considerou que o Comité Olímpico deveria ter sido auscultado.

Afirmou ainda que, se não existir uma política com investimento no desporto de base, Portugal terá, inevitavelmente, menos modalidades, menos atletas e, provavelmente, zero medalhas nos Jogos do Rio de Janeiro. Os bons resultados são alcançados, segundo considerou, através de uma política de desporto escolar, de uma política de desenvolvimento integrado, da captação de valores e da massificação da prática desportiva. Considerou ainda que as federações, os clubes, os atletas, os técnicos e os responsáveis políticos e administrativos deverão trabalhar, em conjunto, para um plano a 10 anos, sendo que só assim conseguiremos bons resultados.

Terminou, apontando o caso da Hungria, como um caso de sucesso em termos de Jogos Olímpicos, conseguido através de um modelo sustentado de desenvolvimento desportivo, e referiu-se também à Canoagem como um bom exemplo, no caso português.

O Sr. Presidente da Comissão considerou que esta temática deveria ser alvo de aprofundamento no âmbito do Grupo de Trabalho do Desporto, dada a sua importância no quadro desportivo nacional.

A documentação da audição, na qual se incluem as gravações áudio e vídeo, encontram-se disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

#### **5. Proposta de programa de audições e conferências no âmbito do relatório da ciência.**

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) apresentou o projeto de programa para a Ciência e referiu-se à proposta apresentada pelo BE, manifestando o seu acordo em relação à inclusão das audições às seguintes entidades: Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), Loja do Cientista – secção bolsas, Sindicato Nacional de Ensino Superior e FENPROF.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) cumprimentou a deputada relatora pela elaboração da proposta e apresentou a sugestão de se consagrar uma visita a Benquerença, na sequência da apresentação do projeto realizada na Comissão. Questionou ainda sobre a opção pelo Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA).

O Sr. Presidente da Comissão chamou a atenção para a necessidade de se fazer o acompanhamento da sequência que tem sido pelo Governo aos constrangimentos apresentados na anterior sessão, nomeadamente pelos Laboratórios do Estado.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) manifestou o seu acordo em relação às sugestões da Deputada Nilza de Sena (PSD) e esclareceu que as preocupações do Sr. Presidente da Comissão estão vertidas no programa que apresentou, que prevê uma audição do Presidente do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado, para fazer um ponto de situação sobre o funcionamento e financiamento dos Laboratórios e sobre a efetiva aplicação das recomendações inerentes às avaliações internacionais realizadas nos últimos anos, sendo de ponderar, posteriormente, a apresentação de um projeto de resolução.

Submetida a votação, a proposta, com os referidos ajustamentos, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, estando ausente o PEV.

#### **6. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em conformidade com o artigo 184.º, n.º 5, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho, sobre a aplicação do regime de distribuição de fruta nas escolas [COM(2012)768].**

Apreciada a iniciativa, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio.

#### **7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Estabelecer relações apropriadas entre a UE e a Agência Espacial Europeia [COM(2012)671].**

Apreciada a iniciativa, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio.

#### **8. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Repensar**



a educação - Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos [COM(2012)669]

A Comissão deliberou efetuar escrutínio, tendo sido indicada como relatora a Dep. Maria José Castelo Branco (PSD). O relatório será apreciado na reunião de 22 de janeiro.

**9. Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 723/2009** relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) [COM(2012)682].

A Comissão deliberou efetuar escrutínio, tendo sido indicada como relatora a Dep. Elza Pais (PS). O relatório será apreciado na reunião de 22 de janeiro.

**10. Projeto de Lei n.º 324/XII/2.ª, do PCP, Regime Jurídico da Educação Especial**

Adiado.

**11. Petição n.º 209/XII/2.ª da iniciativa de Gestos Marcam a Diferença** que “pretendem que seja criado um banco alimentar escolar a nível alimentar”

A Comissão apreciou a nota de admissibilidade e dado que o peticionário não respondeu ao pedido no sentido de fazer a sua identificação completa, deliberou proceder ao arquivamento da [Petição n.º 209/XII/1.ª](#), ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.

**12. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista**, que propõe à Comissão de Educação, Ciência e Cultura que crie o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico, dedicado à dinamização de iniciativas, audições e debates, reunião de contributos científicos, provenientes do mundo da literatura e da cultura em geral, da Universidade e da esfera editorial, para dotar de instrumentos de análise a Assembleia da República, assim assegurando a prossecução do interesse nacional na política da Língua, que constitucionalmente, nos cabe defender e valorizar.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento, destacando que os desenvolvimentos, as implicações e as reações ao Acordo Ortográfico justificam um conhecimento mais aprofundado da sua aplicação.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) fez referência à recente posição do Brasil, considerando que se trata apenas de prolongar o período transitório para a aplicação do Acordo. Em relação a Portugal, lembrou que o conteúdo científico e académico foi sancionado politicamente, encontrando-se a decorrer o período de transição para a sua aplicação, pelo que o PS votará favoravelmente o requerimento do PCP, no sentido do acompanhamento do estabelecimento do vocabulário ortográfico comum.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) manifestou o seu apoio ao requerimento do PCP, considerando que se deve ouvir a sociedade civil, a academia e as entidades científicas, no sentido de se definir a bondade do Acordo.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se à utilidade da iniciativa do PCP, considerando que permitirá fazer uma análise da aplicação do Acordo.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) anunciou o voto favorável do PSD em relação à proposta do PCP.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Presidente da Comissão referiu-se à oportunidade desta iniciativa, destacando a importância de se dispor de um conhecimento seguro sobre esta matéria. Propôs ainda que o GT diligencie no sentido de conhecer a posição dos outros países, designadamente de Angola, Cabo Verde e Brasil. Por último, o Sr. Presidente solicitou aos coordenadores dos Grupos Parlamentares a indicação dos representantes no Grupo de Trabalho, cabendo ao PS a sua coordenação.

**13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, que requer a audição da diretora regional de Educação do Centro, Cristina Oliveira, e da demissionária diretora adjunta de Educação do Centro, Maria do Ceu Castelo-Branco, para aferir da veracidade de alegados “atropelos aos princípios da legalidade” por parte da atual diretora regional daquele organismo.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) apresentou o requerimento, chamando a atenção para a gravidade da situação e para a necessidade de a Comissão obter esclarecimentos políticos sobre esta matéria, visto que os esclarecimentos técnico-legais serão da responsabilidade da Inspeção.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que a Assembleia da República deverá aguardar pelos resultados do inquérito solicitado pelo Governo, que se encontra ainda a decorrer, não devendo agir em função de notícias de jornais.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro (PSD) disse não compreender a precipitação do PS, visto que foram, de imediato, acionados os mecanismos previstos para estes casos. Assim, entende que se deverá aguardar pelos resultados do inquérito e, caso se prove existirem irregularidades, solicitar-se a presença da tutela.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) afirmou que a Inspeção poderá apurar a legalidade de algumas ações, que não o saneamento político.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**14. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido GP/PSS e CDS-PP**, que requer a audição do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Dr. João Grancho, e do Senhor Secretário de Estado do Emprego, Dr. Pedro Silva Martins, no sentido de esclarecer a real situação e perspectivas futuras no que concerne aos Centros Novas Oportunidades e à Educação e Formação de Adultos.

Os Srs. Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP) apresentaram o requerimento, que se justifica pela pertinência e utilidade de a Comissão conhecer a evolução do Programa.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) referiu-se à utilidade da audição da tutela, pese embora os motivos devam ser distintos.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP; PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**15. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista**, que requer a audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência sobre a Contratação de Professores



O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento, entendendo que o Ministro da Educação e Ciência dispõe agora de condições para prestar todas as informações sobre os contornos do concurso extraordinário de vinculação que, na sua opinião frustra as legítimas expectativas de todos quantos têm vindo a preencher dedicadamente as vagas colocadas a concurso para necessidades transitórias.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) afirmou que o PSD está atento a esta questão, entendendo que o concurso responde a necessidades reais e permanentes, a que urge dar resposta. Adiantou ainda que o Sr. Ministro estará em breve na Comissão, para uma audição regimental, pelo que não se justifica uma audição específica sobre este assunto.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que, apesar das diferentes visões sobre esta matéria, a solução adotada pelo Governo resultou de um acordo com os sindicatos.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

#### **16. Outros assuntos**

#### **17. Data da próxima reunião**

**Dia 9.janeiro.2013**

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de janeiro 2012

**O PRESIDENTE**

**(Ribeiro e Castro)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Artur Rêgo  
Elza Pais  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Jacinto Serrão  
Laurentino Dias  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria Manuela Tender  
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Odete João